

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

JOYCE ALVES DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
GUARABIRA - PB**

**João Pessoa – PB
2025**

JOYCE ALVES DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Pedagogia, da Universidade Federal da
Paraíba, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.
Orientador: Prof^a. Dr^a Quézia Vila Flor Furtado.

JOÃO PESSOA-PB

2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

S711e Souza, Joyce Alves de.

A educação de jovens e adultos do campo no município
de Guarabira - PB / Joyce Alves de Souza. - João
Pessoa, 2025.

49 f. : il.

Orientação: Quézia Villa Flor Furtado.
Trabalho de Conclusão de Curso - (Graduação em
Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação de jovens e adultos. 2. Educação do
campo. 3. Acesso e permanência. I. Furtado, Quézia
Villa Flor. II. Título.

UFPB/CE

CDU 376.7(043.2)

JOYCE ALVES DE SOUZA

**A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE
GUARABIRA - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do
grau de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



QUEZIA VILA FLOR FURTADO

Data: 16/10/2025 19:31:32-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr ^a Quézia Villa Flor Furtado
Orientadora

Prof.^a Dr^a Fabrini Katrine da Silva Bilro

Prof^a. Dr^a Maria Lígia Isidio Alves
Examinadora

*Dedico este trabalho ao meu
bom Deus por me levantar
tantas vezes, e à minha eterna
avó Maria (in memoriam), que
não pôde, em vida, estar aqui
fisicamente, mas que me
acompanha eternamente de
onde estiver.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, por ter me dado forças suficientes para suportar todo o processo mesmo quando eu mesma já não via forças em mim.

Agradeço aos meus avós, Maria e Abelson que exerceram o papel de pais desde minha infância até os tempos atuais, sempre trabalhando sob o calor escaldante do sol em seus 'roçados' para me guiarem por um caminho de sombra.

Agradeço aos meus pais biológicos, Gilberto e Lucélia por me darem o dom da vida que me permite vivenciar este momento.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Linaldo que dia após dia, desde o início do curso, segurou minha mão sob diversas tempestades e acreditou no meu potencial de seguir em frente, sendo resiliente.

Agradeço aos amigos que fiz na Universidade, Gabriel, Mariana, Vinícius, Edison, Maria, assim como aos laços que pude fortalecer graças a UFPB, como Laura, que se mostrou mais que apenas uma prima.

Agradeço aos amigos de longa data que me apoiaram durante o processo, fazendo a caminhada se tornar mais leve.

Agradeço aos demais familiares que em algum momento durante o percurso me acolheram e apoiaram minha trajetória acadêmica.

Agradeço as amizades que fiz durante o curso, pessoas tão especiais que levarei na próxima etapa de minha vida.

Agradeço aos professores que deram suas aulas com amor e empatia, fazendo eu ter certeza do rumo que desejo seguir.

Agradeço em especial a minha orientadora, que mesmo diante de inúmeros motivos e adversidades me guiou com um olhar afetuoso e humanizado até aqui.

“A educação é um ato de amor e, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade. Não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”.

Paulo Freire, 1996.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar como ocorre a oferta da Educação de Jovens e Adultos nas zonas rurais do município de Guarabira - PB, a partir da perspectiva dos sujeitos residentes dessas comunidades. A pesquisa foi de abordagem quantitativa e qualitativa, sendo realizada por meio de entrevistas presenciais. Foram entrevistadas 34 pessoas, que moram nas 17 comunidades camponesas que compõem a região do campo da cidade de Guarabira – PB, considerada a cidade rainha do brejo por ser a maior cidade da região e por sua localização privilegiada. Foram coletado os dados de duas pessoas em cada localidade. O estudo foi fundamentado em autores como Caldart (2009), Santos (2010), Arroyo (2017), Freire (1987), além da LDB (Lei nº 9.394/1996) e da Constituição Federal de 1988. Os resultados indicaram que, embora o acesso à educação seja um direito universal, esse direito não é assegurado plenamente às populações do campo. Verificou-se que a distância de locomoção foi o principal motivo de muitos indivíduos terem interrompido o processo de escolarização na idade considerada adequada e como esse ainda é um obstáculo persistente nos dias atuais. Ademais, conclui-se ser imprescindível a ampliação da oferta da Educação de Jovens e Adultos nas escolas do campo do município, acompanhada da garantia de transporte escolar adequado para assegurar o acesso dos estudantes às unidades de ensino sempre que necessário. Ressaltando, por fim, a relevância de Programas de Apoio a Permanência, enquanto fundamentais para reduzir a evasão escolar nas turmas da EJA e garantir a continuidade dos estudos por parte dos educandos.

Palavras-chave: EJA. Educação do Campo. Acesso e permanência.

ABSTRACT

This Course Conclusion Paper aims to analyze how Youth and Adult Education is provided in the rural areas of the municipality of Guarabira - PB, from the perspective of the residents of these communities. The research had a quantitative approach and was conducted through in-person interviews. Thirty-four people were interviewed, living in the 17 peasant communities that make up the rural region of the city of Guarabira – PB, with data collected from two people in each locality. The study was based on authors such as Caldart (2009), Santos (2010), Arroyo (2017), Freire (1987), in addition to the LDB (Law No. 9,394/1996) and the Brazilian Federal Constitution of 1988. The results indicated that, although access to education is a universal right, this right is not fully guaranteed to rural populations. It was found that the distance and commute were the main reasons why many individuals interrupted their schooling process at the age considered appropriate and how this remains a persistent obstacle today. Furthermore, it is concluded that it is essential to expand the offer of Youth and Adult Education in the rural schools of the municipality, accompanied by the guarantee of adequate school transportation to ensure students' access to the teaching units whenever necessary. Finally, the relevance of Student Retention Support Programs is emphasized as fundamental to reducing school dropout rates in YAE classes and ensuring the continuity of studies by the learners.

Keywords: EJA. Rural Education. Access and Retention.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Cor de pele

Gráfico 2 – Fonte de renda

Gráfico 3 – Nível de escolaridade

Gráfico 4 – Justificativas das interrupções no processo de ensino aprendizagem

Gráfico 5 – Distância da escola que oferte EJA mais próxima

Gráfico 6 – Meios de transportes dos sujeitos

Gráfico 7 – Outras dificuldades pertinentes além do transporte para ter acesso à turmas da EJA

Gráfico 8 – Facilitando o acesso da população camponesa às turmas da EJA

Gráfico 9 – Contribuindo com a permanência dos entrevistados nas turmas da EJA

Gráfico 10 – A importância da EJA para a vida das pessoas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
2.1 EDUCAÇÃO RURAL x EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	15
2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO.....	16
2.3 SUJEITOS DA EJA.....	18
2.3.1 Os sujeitos da EJA do Campo.....	20
2.4 POLÍTICA PÚBLICAS: ACESSO E NEGLIGÊNCIAS.....	21
2.4.1 Educação de Jovens e Adultos enquanto direito da população camponesa.....	21
2.4.2 Educação do Campo enquanto (des)construção da Identidade Camponesa.....	23
3. METODOLOGIA.....	25
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	25
3.2 PESQUISA DE CAMPO	25
3.3 INSTRUMENTO DA PESQUISA	26
3.4 SUJEITOS DA PESQUISA.....	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	31
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
6. REFERÊNCIAS.....	41
7. APÊNDICES.....	44

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino extremamente necessária para construir uma sociedade justa e igualitária, além de ajudar a combater os altos índices de analfabetismo no Brasil que refletem as desigualdades sociais e precisam ser minimizados. O retorno dos indivíduos à escola por meio da EJA possibilita que os mesmos reivindiquem as oportunidades que outrora lhes foram inviabilizadas. Dessa forma, pode-se também compreender essa modalidade de ensino como uma reparação histórica, contribuindo para a diminuição das desigualdades sociais e promovendo cidadania. Portanto, podemos dizer que a Educação de Jovens e Adultos, numa perspectiva Freireiana é um modelo de Educação Popular, pois parte da realidade do indivíduo e busca transformá-la.

Segundo a Constituição de 1988, a educação deve ser assegurada de forma pública e gratuita, logo, é de total responsabilidade dos Estados e Municípios efetivarem a sua implementação. Todavia, será que a execução desse processo ocorre de fato como deveria ser feito? Além disso, cabe a nós profissionais da educação, nos questionarmos: a EJA enquanto política pública que busca promover a inclusão social, será capaz de garantir que o acesso à educação chegue as minorias das zonas rurais? Caso a resposta seja positiva, também deve-se questionar o seguinte: como essa modalidade de ensino é realizada em um ambiente não urbano?

Refletindo sobre os questionamentos acima e partindo da minha realidade de pessoa nascida e criada no campo, neta de avós que foram excluídos do ensino fundamental para conseguir o pão de cada dia, através da agricultura, e filha de pais que foram excluídos do processo de aprendizagem devido as dificuldades de locomoções enfrentadas, o presente trabalho busca analisar a oferta da Educação de Jovens e Adultos nas zonas rurais do município de Guarabira - PB, cidade localizada no estado da Paraíba, considerada a Rainha do Brejo por ser a maior cidade da região e por sua localização privilegiada.

Sendo assim, esse estudo se justifica pelas vivências observadas em meu cotidiano, as minhas atuações na área da EJA que puderam ser realizadas graças

ao projeto de extensão SOULETRADO.¹ da Universidade Federal da Paraíba, onde pude realizar planos de aulas que levavam em consideração os conhecimentos prévios dos educandos. Além disso, idealizei, construí e coloquei em prática um processo de aprendizagem significativa para as vidas dos alunos, construindo juntamente a eles saberes capazes de transformar suas realidades, buscando contribuir com suas habilidades de alfabetização e letramento, diminuindo assim, as dificuldades que os indivíduos enfrentavam diariamente em um mundo feito para pessoas alfabetizadas e letradas.

Além de se justificar também pelo voluntariado que participei na Prefeitura Municipal de João Pessoa visando auxiliar no processo de alfabetização de jovens dos anos finais do Ensino Fundamental, ao fato de ser a primeira pessoa da família a conseguir estudar na Universidade e pela urgência de uma análise crítica da qualidade do ensino ofertado na EJA em uma realidade não urbana, onde outros desafios se fazem presentes.

Refletindo sobre o processo de ensino-aprendizagem dos sujeitos desse cenário, deve-se aqui ressaltar, mais uma vez, que este trabalho não pretende transformar o sujeito do campo em sujeito da cidade. Mas, como citado acima, possibilitar sua transformação em sujeito crítico, apresentando ao mesmo, seus direitos enquanto agricultores, secretárias do lar e demais profissionais que vivem presos em uma bolha sufocada pela aristocracia daqueles que usufruem dos seus níveis de escolaridade para reprimir os trabalhadores da classe baixa, apresentando-os, dessa forma, a uma Pedagogia da Esperança e da Autonomia.

Logo, este trabalho busca acrescentar de forma significativa aos estudos realizados acerca da EJA nas zonas rurais, levando os demais profissionais da educação a refletirem sobre os ambientes que estão inseridos e como melhorar suas realidades, além de conscientizar a sociedade sobre a importância da escolarização. A relevância acadêmica desta pesquisa reside no fato de contribuir para a ampliação do conhecimento sobre os desafios e potencialidades da Educação de Jovens e

¹ O projeto envolve estudantes extensionistas da UFPB que devem participar de encontros semanais na Associação Sal da Terra no Castelo Branco, os universitários devem construir, planejar e mediar atividades que contribuam de forma significativa com o processo de alfabetização e letramento de jovens, adultos e idosos, a partir de estudos teóricos, reuniões com orientação, registro de experiências e análise de ações.

Adultos em contextos rurais, muitas vezes negligenciados pelas políticas públicas e pela produção científica.

Do ponto de vista pedagógico, o trabalho propõe reflexões sobre práticas educativas mais contextualizadas, inclusivas e respeitosas com as especificidades culturais, sociais e econômicas dos sujeitos do campo, incentivando abordagens que valorizem seus saberes e experiências de vida. Socialmente, a investigação reforça o papel da EJA como instrumento de transformação e emancipação, ao possibilitar que jovens, adultos e idosos tenham acesso ao conhecimento e ao exercício pleno da cidadania, contribuindo para a redução das desigualdades e para o fortalecimento das comunidades rurais. Dessa forma, o estudo se configura como uma contribuição importante para a construção de uma educação mais justa, equitativa e sensível às diversidades regionais.

Nessa perspectiva, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar como ocorre a oferta da Educação de Jovens e Adultos nas áreas rurais do município de Guarabira – PB, a partir dos sujeitos residentes nessas comunidades e como objetivos específicos: mapear a quantidade de turmas da Educação de Jovens e Adultos do campo disponíveis nas áreas rurais do município de Guarabira - PB; verificar como ocorre a oferta estrutural de turmas da EJA disponibilizadas pelo Estado e pelo Município na zonas rurais de Guarabira - PB; descrever os principais desafios enfrentados pela população camponesa para acessar e permanecer nessas turmas.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 EDUCAÇÃO RURAL x EDUCAÇÃO DO CAMPO

No âmbito das discussões educacionais voltadas às populações do meio rural, emergem tensões conceituais importantes. Se por um lado os movimentos sociais reivindicaram o direito a uma escolarização no campo que respeite as especificidades culturais, econômicas, geográficas e sociais, por outro surgiu a necessidade de defender o conceito de Educação do Campo, visando refutar e diferenciar-se das concepções de uma Educação Rural enraizada historicamente desde o século XX.

De acordo com Leite (2002), as primeiras tentativas de consolidação desse modelo de ensino iniciaram em decorrência do forte movimento migratório interno entre os anos de 1910 e 1920, quando uma quantia significativa da população camponeses deixou o campo em busca de locais onde se iniciavam o processo de industrialização.

A partir disso, as elites que já viam “(...) o campo como um lugar de atraso, uma realidade a ser superada” (Santos, 2010), pensaram na Educação Rural como forma de civilizar os sujeitos do campo. Além disso, Santos (2010) destaca que essa forma de ensino tinha a intenção de manter a exploração desses trabalhadores por meio do trabalho manual. Tal fenômeno acontecia porque esse modelo de ensino estava centrado em conteúdos elementares e de natureza prática, limitando o saber e a preparação funcional dos sujeitos, reforçando a ideia de que o camponês deveria permanecer atrelado ao trabalho agrícola, desvalorizando e inviabilizando sua cultura.

Segundo Freitas (2022), a Educação Rural contribuiu para as desigualdades sociais no campo, pois reforçou a imagem negativa dos camponeses e de seu estilo de vida. Isso ocorre porque “a Educação Rural é adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômico efetivados no campo, cujas bases se fundamentavam nos interesses das classes dominantes” (Azevedo, 2007, p.145). Assim, esse modelo ensinou e difundiu como forma de subalternização dos povos do campo frente aos grupos hegemônicos, reproduzindo relações históricas de dominação.

Rodrigues (2012) fala que a mudança da nomenclatura de Educação Rural representa uma ruptura com o paradigma urbano. Uma vez que, esse modelo foi pensando por elites para o campo, buscando subalternizar, explorar e negar os direitos dos trabalhadores. Em contrapartida, a Educação do Campo surge como modelo alternativo de ensino contra a hegemonia e resultado das lutas dos movimentos sociais, sendo símbolo de resistência das populações camponesas, e fundamentando nas particularidades desses povos, considerando seus aspectos culturais, regionais, econômicos e sociais.

Portanto, a redefinição desses termos possibilitou um avanço significativo para a Educação do Campo, livrando os camponeses das amarras opressoras dos sistemas dominantes. Essa mudança não apenas contribuiu com o fortalecimento da identidade da população camponesa, como também levou a pedagogia a pensar práticas pedagógicas articuladas ao contexto do campo que desperte a consciência crítica dos sujeitos, fazendo-os refletir sobre os aspectos históricos, econômicos, sociológicos e sociais nos quais estão inseridos, promovendo uma educação libertadora de caráter emancipatório.

2.2 EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA IDENTIDADE EM CONSTRUÇÃO

A Educação do Campo não pode ser compreendida como um fato isolado, pois é resultado das inúmeras lutas de povos que se mobilizaram em torno de sua identidade, buscando não apenas as reivindicações de seus direitos, mas também transformação de realidade. “A Educação do Campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, (...) ela é um movimento real de combate ao ‘estado atual das coisas’ (Caldart, 2009, p. 10).

Caldart (2009) aponta que a Educação do Campo nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, especificamente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no campo. Nesse sentido, essa crítica não se limita apenas as condições estruturais, mas expõe um longo percurso histórico que a população camponesa enfrentou de exclusão e inferiorização. Logo, a emergência de mudança de realidade deu espaço ao fortalecimento dos movimentos sociais que foram e são importantes para trazer representatividade a esses povos. Sem essa pressão política, as turmas de EJA no campo ficam vulneráveis a cortes,

esvaziamentos e fechamentos, dificultando o mapeamento real da quantidade de turmas, gerando uma desvalorização contra esse modelo de ensino.

A educação do campo, como uma conquista dos movimentos sociais, vai além da dimensão educacional, representando o resultado de uma luta social que visa romper com o atual modelo de desenvolvimento agrícola predominante, o qual exclui e subalterniza os habitantes locais (Silva et al., 2022, p. 8).

Fernandes (2013) aponta que o sistema agrícola se intensificou depois da metade do século XX, sendo marcado pelo modelo hegemônico do agronegócio. Esse modelo colocava povos indígenas, quilombolas, camponeses e pequenos agricultores em uma posição de subalternidade, sem voz e sem acesso aos seus direitos. O projeto político da Educação do Campo surge em contrapartida, como resistência e transformação, ao resistir ao agronegócio por meio de um modelo baseado na agroecologia, sendo, portanto, instrumento de luta política e cultural articulado aos movimentos da reforma agrária popular.

Abreu (2014) ressalta que, ao considerar a trajetória histórica do país, observa-se que a maior parte da população se concentrava no campo. Entretanto, com a Revolução Industrial e o início do êxodo rural por volta dos anos 60, essa população passou a adotar novos hábitos, porém a educação não se incluía entre eles. Este aspecto, demonstra que os povos das zonas rurais foram sendo excluídos do acesso ao saber gradualmente, o que impulsionou a efervescência dos movimentos sociais e as reivindicações populares do campo, lutando por uma educação que respeitasse as especificidades dos indivíduos. “Os movimentos sociais como coletivos de interesses organizados colocam suas lutas no campo dos direitos, não apenas de sua universalização, mas também de sua redefinição” (Arroyo, 2007). Isso significa que essas mobilizações não lutam apenas pela universalização dos direitos, mas também pela ressignificação desse conceito ao reconhecer a subjetividade dos sujeitos.

Segundo Caldart (2009), o avanço qualitativo da Educação do Campo não se restringe à dependência de políticas específicas, mas de um movimento mais amplo de articulação entre diferentes sujeitos sociais. Essa articulação entre movimentos do campo e outros setores da sociedade possibilita romper com práticas

corporativistas e interesses imediatistas, que muitas vezes limitam a luta ao particularismo de cada grupo. Nesse sentido, a autora ressalta que pensar a Educação do Campo exige resgatar o público em sua concepção original, compreendendo-o como um espaço construído para atender às necessidades coletivas e garantir os interesses dos povos. Nesse contexto, a Educação do Campo se configura como uma prática política e social, capaz de integrar saberes específicos e acadêmicos, estimulando a participação ativa das comunidades na definição de seus próprios caminhos educacionais, tornando-se sujeito protagonista do seu processo de aprendizagem.

Os sujeitos do campo tiveram seus direitos sistematicamente negados e suas vozes foram silenciadas por um sistema hierárquico, sendo excluídos por razões demográficas, econômicas e culturais, em um processo histórico que os colocava à margem das decisões políticas e dos benefícios sociais. Essa marginalização reforçou as desigualdades estruturais e ocultou a diversidade dos modos de vida existentes. Diante desse contexto de silenciamento e negação de direitos, esses povos passaram a se fazer visíveis por meio dos movimentos sociais, exercendo pressão sobre o poder público.

Freire (1987) aponta que o buscar do oprimido por saber-se ao mundo, reconhece a sua desumanização como realidade histórica. Dessa forma, o acesso ao conhecimento representa a superação de um processo histórico de invisibilidade e opressão, como também afirma que a educação é instrumento fundamental de humanização, conscientização e transformação social. Sendo assim, a trajetória da Educação do Campo como modalidade de ensino no Brasil revela que cada avanço legal esteve intrinsecamente ligado à resistência e à luta de movimentos sociais, que ao denunciar as injustiças e propor alternativas, possibilitaram que a escola deixasse de ser privilégio de poucos e se tornasse, ainda que de forma desigual, um espaço de acesso mais democrático ao saber, contribuindo com um processo contínuo de construção de identidade.

2.3 SUJEITOS DA EJA

A Educação de Jovens e Adultos deve ser destinada a sujeitos que não tiveram acesso à educação básica na idade adequada (LDB, Lei nº 9.394/1996, art. 37, §1º). Pode-se assemelhar esse aspecto da EJA a Educação do Campo, ambos tiveram

seus direitos negados, então ao se referir aos sujeitos da EJA no campo, referirmo-nos a sujeitos que estão reivindicando seu direito a educação duplamente.

Caracterizar os educandos da EJA vai além de reconhecê-los enquanto partícipes de um processo de escolarização; resulta em enxergá-los enquanto grupo social composto por homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras do campo, os quais estiveram por algum tempo à margem do processo educativo e, mais do que isso, tiveram o direito à fala, “vez e voz”, negligenciados (Alves, 2017, p. 139).

“Os sujeitos da EJA são homens e mulheres, trabalhadores/as empregados/as e desempregados/as ou em busca do primeiro emprego; filhos, pais e mães; moradores urbanos de periferias e moradores rurais” (Paiva, 1983, p. 19). A importância de reconhecer esses sujeitos impacta diretamente em sua aprendizagem, considerando que esses indivíduos não são tábuas rasas, mas sujeitos que trazem consigo suas histórias e as marcas delas (Freire, 1987).

Logo, reconhece-se aqui a importância de valorizar os conhecimentos prévios que os indivíduos carregam, pois essa valorização diz muito a respeito da identidade do sujeito. Se por um lado a criança constrói sua identidade durante seu percurso da educação infantil até o ensino médio, os sujeitos adultos que retornam ao processo educativo já chegam no ambiente escolar com suas identidades formadas. Através desse processo de conhecimento de identidade dos sujeitos que o educador consegue pensar um processo de ensino – aprendizagem significativo.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024), na região do Nordeste foram efetuadas 1.201.169 matrículas na EJA no ano de 2024, sendo mais de 500.000 pessoas acima de 40 anos, ou seja quase metade do número total. Evidenciando que uma quantidade significativa do público da EJA são pessoas idosas ou que estão próximo da terceira idade, isso significa que quando esses sujeitos vão para suas respectivas salas de aula, vão acompanhados de toda sua bagagem de conhecimento e experiências que adquiriram ao longo de suas vidas.

O elevado número de matrículas levanta questionamentos generalizados como: “por que retornar ao processo de escolarização?” e “Vai para a escola toda noite ao invés de descansar em casa?”. São falas bastante comum no dia a dia dos educandos da EJA, mas possuem justificativas simples, tentativas de se encaixar em

um mundo pensado para pessoas letradas, ou ainda, tentativas de buscar preencher um vazio deixado pela solidão no silêncio de seus lares durante à noite. Diante dessas situações, os sujeitos da EJA podem ser denominados como sujeitos de esperança que acreditam (mesmo de forma minimamente) no caráter transformador da educação.

Nesse sentido, reconhecendo as vozes silenciadas e a exclusão latente vividas por esses indivíduos, deve-se reconhecer também que seus perfis são de trabalhadores estudantes, que fazem parte de itinerários em busca de seus direitos, caracterizando-se como “Passageiros da Noite” (Arroyo, 2017). Dessa forma, reconhece-se a diversidade dos perfis do público da EJA, em sua maioria trabalhadores da classe popular que buscam conciliar uma formação escolar a rotina trabalhista, suas expectativas vão desde conseguir um emprego mais adequado, até a retomada de sonhos que outrora foram esquecidos por causa das injustiças sociais.

2.3.1 Sujeitos da EJA do Campo

Considerando os dados apresentados anteriormente sobre o número de matrículas da EJA, “(...) entre os alunos, principalmente os que estão na faixa etária acima de trinta anos, prevalece a origem camponesa e a vivência das dificuldades de frequentar as poucas escolas no campo” (Feliciano; Mello; Pereira, 2011). Portanto, deve-se considerar os perfis de estudantes da EJA no Campo, sujeitos que já foram penalizados pela exclusão do processo de escolarização, que lhes foi negado ao longo do tempo.

No entanto, longe de serem definidos apenas pela ausência da escola, esses povos construíram suas identidades em seus cotidianos no campo, nas suas relações comunitárias e nos saberes passados por gerações. São trabalhadores que possuem suas mãos calejadas de tanto levantar e descer o peso de suas enxadas, agricultores que antecipam o resultado de suas colheitas a partir de uma leitura atenta dos acontecimentos climáticos, donas de casa que deixaram seus desejos de lado para dedicar suas vidas a cuidar inteiramente da família, cada qual trazendo consigo saberes valiosos, mas que também tiveram alguns de seus sonhos roubados quando não tiveram acesso ao direito da escolarização, fazendo deles sujeitos marcados pelas injustiças sociais.

Refletindo sobre esse aspecto Arroyo aponta que os sujeitos da EJA:

Não lutam apenas pelos conhecimentos escolares a que têm direito. Disputam o direito a seus conhecimentos ausentes, sobre seu sobreviver, seu resistir. Saberes de outra história social, racial e de classe que vivenciam e que têm direito a saber para entender se. Disputam o direito a que os saberes dessa outra história de segregação e de emancipação sejam incorporados como seu direito ao conhecimento (Arroyo, 2017, p. 14).

Relacionando essa realidade no campo, entende-se a EJA como um modelo de educação que possibilite a conscientização dos indivíduos, tornando-os capazes de intervirem em suas próprias realidades, marcadas pela negação de terras, deslocamentos forçados, precarização do trabalho rural, invisibilidade cultural, dificuldade no acesso a políticas públicas e demais cenários incontáveis, rotineiros no campo (Caldart, 2009). Assim, esses elementos evidenciam que a exclusão educacional não é apenas um fator isolado, mas está ligado intrinsecamente a um processo amplo de injustiça social e marginalização.

Diante desse contexto, compreender os perfis que caracterizam a EJA no campo torna-se fundamental para pensar um projeto político pedagógico que dialogue com a realidade desses sujeitos, permitindo reconhecer suas trajetórias de vida, valorizando seus conhecimentos prévios e buscando atender suas necessidades específicas. Dessa forma, busca-se não apenas construir conhecimentos de conteúdos escolares meramente mecanizados, mas possibilitar aos indivíduos novas formas de ler os mundos do qual fazem parte, desenvolvendo a consciência crítica e incentivando a participação ativa na sociedade, exercendo e reivindicando seus direitos enquanto cidadãos.

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS: ACESSO E NEGLIGÊNCIAS

2.4.1 Educação de Jovens e Adultos enquanto direito da população camponesa

A garantia da educação como direito universal foi assegurada com a Constituição Federal de 1988, representando um marco jurídico e social na história do Brasil. Ainda assim, esse reconhecimento não surgiu de forma espontânea ou concedida pelo Estado, mas como resultado de intensas mobilizações populares e da

resistência de grupos sociais historicamente marginalizados. Somente oito anos depois da Constituição, em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, percebeu-se a necessidade de instituir a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino e reconhecer a carência de um currículo diversificado que respeitasse as características locais e regionais da sociedade, da cultura e da clientela (Lei de Diretrizes e Bases, 1996), evidenciando o avanço conquistado pela pressão social de povos que ao longo do tempo foram privados do acesso ao conhecimento. Mas, será que a educação enquanto um direito é capaz de chegar a todos os povos sem exclusão?

Segundo Arroyo (2007), os direitos não são projetos prontos, estão em processo contínuo de reconfiguração, na medida em que são projetos históricos. Nesse sentido, ao configurar o direito como algo inacabado, afirma-se que ele pode ser mutável, sendo visto como um processo histórico e social em constante transformação. O fato dos direitos serem mutáveis significa que eles podem ser desenvolvidos a depender das necessidades dos povos, podendo buscar avanços para a sociedade. Infelizmente, o que estamos habituados a observar não é o avanço dos direitos, mas sim uma negligência por parte dos órgãos municipais e estaduais que não buscam efetivá-los. Isso acontece, por exemplo, quando o acesso à educação não chega igualmente para todos.

Além disso, para Arroyo (2007), além de garantir o acesso ao direito universal da escolarização, também é preciso respeitar as especificidades dos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, fazendo uma forte crítica a nucleação e ao transporte de moradores das zonas rurais para os centros urbanos. Muitas das vezes, esses fatores só beneficiam a economia de recursos para os órgãos responsáveis, mas desconstroem a identidade do povo do campo, além de aumentar a dificuldade de locomoção causando uma quantidade significativa de evasões escolares. Dessa forma, retirar o sujeito de sua comunidade local para enraizá-lo em um ensino pensando para a população urbana é uma forma de desvalorização dos movimentos sociais que, através de inúmeras lutas, conquistaram a Educação do Campo, buscando reconhecer-se enquanto sujeitos de características e especificidades diferentes da população urbana.

Logo, torna-se uma questão extrema, pensar em uma forma que a educação chegue às populações camponesas, garantindo não apenas o direito formal, mas também sua efetivação concreta no cotidiano.

2.4.2 Educação do Campo enquanto (des)construção da Identidade Camponesa

O direito à educação é posto a vista da sociedade como uma simplicidade, parece que desde que a educação seja ofertada, os órgãos públicos deixam de se preocupar com os demais aspectos dessa oferta, por exemplo: “como esse ensino está sendo ofertado?”, “como determinados indivíduos possuem acesso a essa oferta?”, “como essa oferta trabalha a subjetividade dos sujeitos?”, “qual modelo de cultura está sendo reproduzido com essa oferta?”.

São questionamentos que devem ser levantados em qualquer contexto educacional, mas relacionando a EJA, pode-se afirmar que “(...) em nome de formar um profissional único de educação, um sistema único, com currículos e materiais únicos, orientados por políticas únicas, os direitos dos coletivos nas suas diferenças continuam não garantidos” (Arroyo, 2007, p.161). Logo, evidencia-se que além de garantir acesso à educação, é necessário pensar em educações que atendam as especificidades dos sujeitos. Santos (2010) apresenta essa questão dizendo:

torna-se necessário a formulação de políticas educacionais específicas e diferenciadas para essas classes, pautadas nos princípios e fundamentos da Educação do Campo, com o intuito de oferecermos uma educação de qualidade para os povos do campo, em seus diferentes contextos sociais e culturais (Santos, 2010, p. 1).

Sendo assim, é indispensável pensar políticas educacionais para o campo, pois são modelos de vidas diferentes da população urbana. Ofertar um ensino para os camponeses sem que seja baseado em seus princípios, costumes e necessidades implica em robotizá-los e aliená-los, prendendo-os dentro de uma bolha e limitando suas potencialidades.

Segundo Souza e Reis (2009), a educação do campo é marcada pela identidade urbana, propagando currículos distantes das necessidades locais. São esses mesmos currículos que deveriam auxiliar no desenvolvimento integral dos indivíduos, mas acabam desconstruindo suas subjetividades.

Nesse sentido, também é preciso pensar na formação específica de profissionais para atuar com a Educação do Campo. Santos (2017) fala que a formação específica para os educadores do campo significa garantia de prática

coerentes com os valores e princípios do campo, reconhecendo as relações sociais que ali se estabelecem. Desvinculando a ideia de campo enquanto extensão da cidade. Dessa forma, formar educadores comprometidos com a realidade camponesa é essencial para que aconteça uma educação que não desconstrua a identidade dos sujeitos do campo, mas sim que favoreça a construção dela, valorizando a cultura local e contribuindo para o desenvolvimento dos indivíduos.

3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Essa pesquisa se qualifica como quantitativa, pois busca identificar como está sendo oferecida a Educação de Jovens e Adultos para a população camponesa do município de Guarabira-PB, analisando informações oferecidas por sujeitos que estão, ou deveriam estar inseridos nesse processo educacional.

A estratégia metodológica desse estudo baseia-se em Demo (2009) que discorre sobre a importância de métodos quantitativos para assegurar o rigor científico e realizar o levantamento dos dados necessários.

Entretanto, apesar da predominância quantitativa, a presente pesquisa também se qualifica como qualitativa, baseando-se em Minayo (2014), que enfatiza a compreensão dos contextos sociais.

3.2 PESQUISA DE CAMPO

De acordo com Gil (2008), a pesquisa de campo permite um contato direto com a realidade a ser investigada a partir da coleta de dados feita com os sujeitos envolvidos. Dessa forma, esse tipo de pesquisa contribui para aproximar o pesquisador do contexto estudado tornando os dados mais concretos e significativos.

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada no município de Guarabira - PB, cidade conhecida como rainha do brejo paraibano, considerando sua localização no Piemonte da Borborema e por ser a cidade polo da Região. Segundo o Instituto Brasileiro de Estatísticas (IBGE, 2022), o município possui uma área territorial de 162.387 km² e uma estimativa de 60 mil habitantes em 2025. A cidade é composta por 33 bairros urbanos, 4 conjuntos residenciais, 3 distritos e 17 povoados.

A economia local baseia-se primordialmente no comércio e na agricultura, sendo um polo comercial que não atende apenas os moradores locais mas também moradores de cidades vizinhas. A produção agrícola constitui a principal fonte de renda para muitas famílias, principalmente as que vivem nas áreas rurais. Essa

produção é voltada para a sobrevivência de vários núcleos familiares e também para a comercialização local.

A pesquisa foi realizada nos dias 13 e 14 de setembro de 2025, sendo aplicado questionário de forma presencial, conforme apresentado na figura 1, os sujeitos entrevistados residem nas 17 comunidades rurais que compõem a região do campo do município de Guarabira-PB, cujos nomes são respectivamente: Boqueirão, Carrasco, Contendas, Escrivão, Itamatay, Lagoa de Serra, Lourenço, Maciel, Palmeira, Passagem, Passassunga, Pendência, Quati, São José do Miranda, Serrinha, Tananduba e Torrões.

Figura 1: Realização das pesquisas.



Fonte: Arquivo da pesquisadora, setembro de 2025.

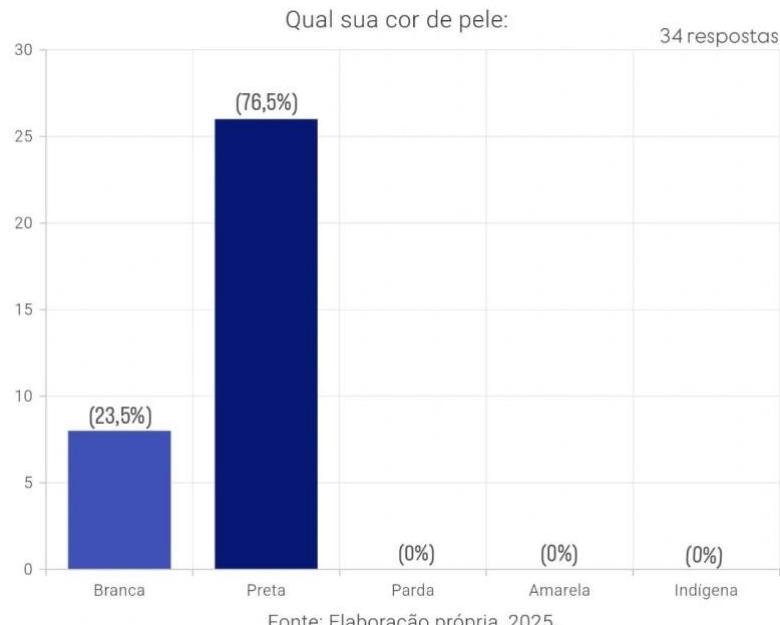
3.3 – INSTRUMENTO DE PESQUISA

Foi utilizado um formulário impresso que se encontra anexado nos apêndices, feito com questões fechadas para registrar as respostas de cada um dos sujeitos e quantificá-las. Além disso, também foi disponibilizado previamente aos indivíduos o TCLE, também anexado nos apêndices, que assegurou o consentimento e autorização para publicação dos dados coletados. Dentro do termo, se encontra disponível informações da pesquisa, como seus objetivos e finalidade. Diante das questões do questionário, foram analisadas as consideradas mais relevantes para o presente estudo, considerando os objetivos da pesquisa.

3.4 SUJEITOS DA PESQUISA

A pesquisa contou com a participação de 34 sujeitos que residem nas 17 comunidades camponesas do município de Guarabira-PB. A escolha dos sujeitos se sucedeu a partir da questão da territorialidade, foram entrevistados os sujeitos que moravam mais próximos das instituições de ensino, sendo entrevistados 2 indivíduos de cada localidade. Do total, 26 entrevistados se declaram pessoas pretas e o restante declarou sua cor como branca como apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1: Cor de pele



Esses dados nos leva a refletir sobre como a população negra, historicamente marcada pela exclusão e pela subalternidade, continua, ainda no momento atual, ocupando posições de marginalização social, permanecendo às margens do processo educacional, continuando excluída e marginalizada pela hierarquia social. A suposta inclusão é linda na teoria, mas vemos que não acontece na prática, a dita liberdade conquistada com a abolição da escravatura, aparece como reformulação das estruturas de exclusão, só que sob novos moldes.

A figura 2 abaixo representa a maior parte do perfil dos sujeitos da pesquisa, evidenciando o contexto rural, onde predominam atividades agrícolas e práticas ligas à subsistência.

Figura 2: O perfil dos sujeitos.



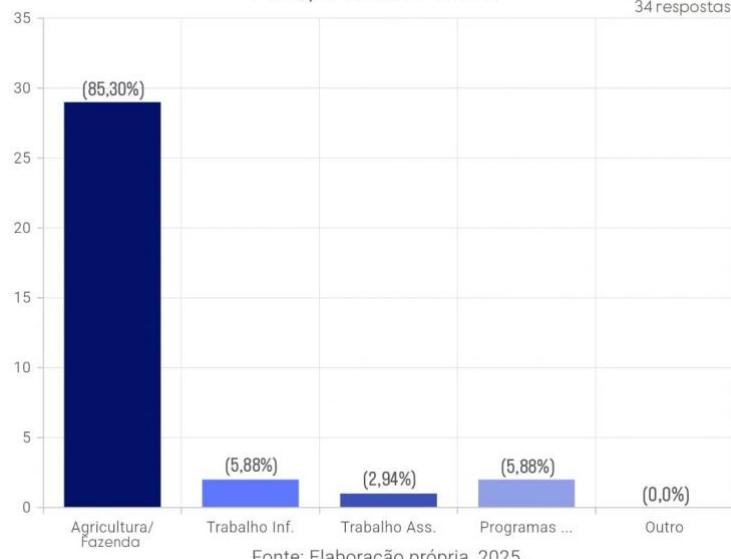
Fonte: arquivo da pesquisadora, setembro de 2025.

Verificou-se que a maior parte dos participantes da pesquisa enquadra-se na faixa etária de 30 a 59 anos. Observou-se, ainda, que a amostra é composta majoritariamente por mulheres cisgênero. Assim como o principal fator de fonte de renda declarado foi a agricultura, o que evidencia como a região do campo movimenta a economia da cidade através de atividades agrícolas.

Gráfico 2: Fonte de renda

Principal fonte de renda:

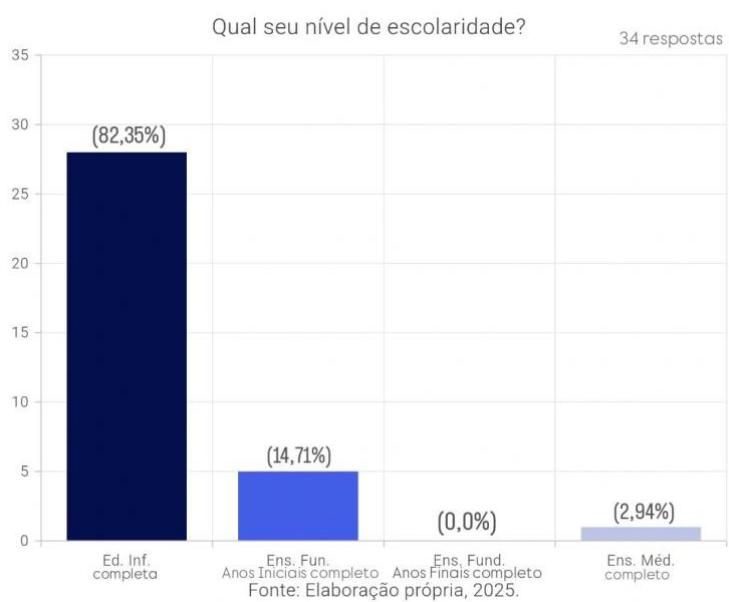
34 respostas



Fonte: Elaboração própria, 2025.

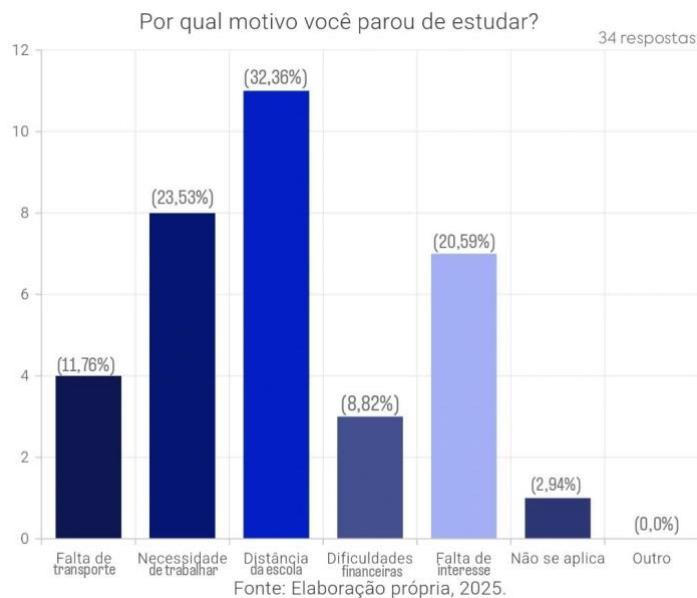
Acerca do nível de escolaridade dos entrevistados, todos já frequentaram uma unidade de ensino, sendo que mais de 80% possuem apenas a Educação Infantil completa, enquanto menos de 15% possuem o Ensino Fundamental I – Anos Iniciais completo, e uma pessoa que representa aproximadamente 3% da pesquisa possui o Ensino Médio completo.

Gráfico 3: Nível de escolaridade



Das justificativas para essas pessoas não terem concluído o processo educacional até o Ensino Médio, justifica-se em sua maioria como principal causa a distância até a unidade escolar, sendo representado por 11 respostas, enquanto a necessidade de trabalhar aparece em 8 respostas, assim como a justificativa de responsabilidades familiares e, por fim, destaca-se 7 respostas que justificaram a evasão escolar por falta de interesse do educando.

Gráfico 4: Justificativas das interrupções no processo de ensino aprendizagem na idade adequada.

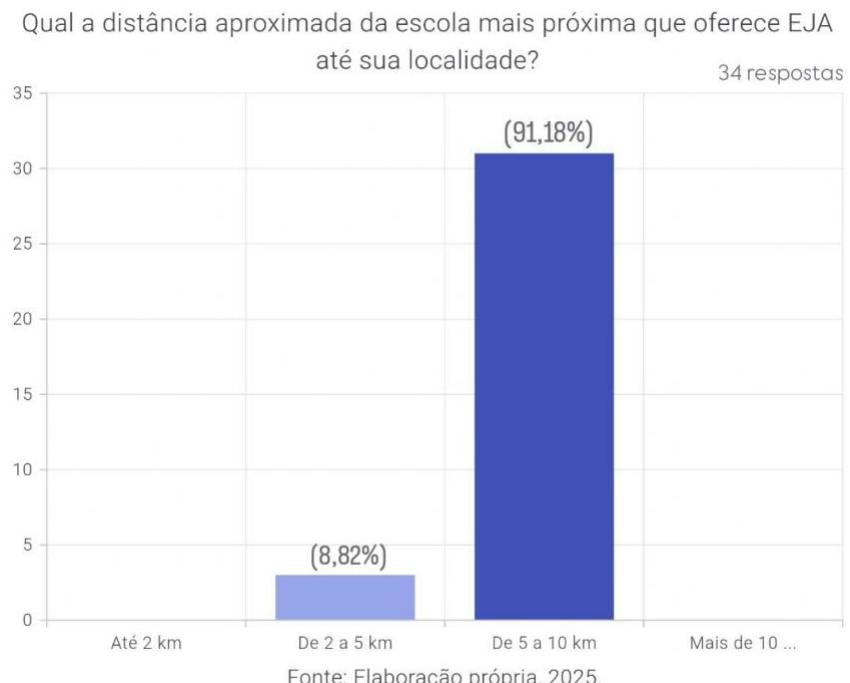


Entretanto, apesar de 7 entrevistados registrarem falta de interesse, deve-se considerar o contexto social e histórico em que estavam inseridos. Um conjunto de elementos, como condições de deslocamento, predominância de um modelo pedagógico de caráter tradicional e bancário vigente na época, assim como a escassez de recursos e outros fatores podem ter desencadeado essa falta de interesse.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa evidenciou que das 17 comunidades campesinas analisadas, apenas 4 contam com unidades de ensino em funcionamento. Na figura 3 é possível observar a unidade de ensino Anália Pereira do Nascimento situada na comunidade da Passagem. Verificou-se ainda que essas instituições não ofertam turmas da Educação de Jovens e Adultos. Dessa forma, os sujeitos que desejam ter acesso a essa modalidade de ensino precisam deslocar-se até a região urbana, onde se localizam as turmas de EJA ofertadas exclusivamente pelo município, de acordo com a Secretaria de Educação. Sendo assim, torna-se necessário, na maioria dos casos, que os sujeitos do campo percorram percursos superiores a cinco quilômetros até o centro urbano para chegarem até a instituição de ensino que oferte EJA mais próxima.

Gráfico 5: Distância da escola que oferta EJA mais próxima



Diante de uma conversa informal com a Secretaria de Educação do município de Guarabira – PB, foi informado que são ofertadas 13 turmas da EJA na cidade, sendo duas dessas turmas ofertadas na zona rural. Mas, na verdade, essa oferta não

acontece, a realidade é que a partir de uma observação da comunidade e conversa com seus residentes, evidenciou-se que são ofertadas turmas do Programa Brasil Alfabetizado (PBA) iniciativa do Governo Federal, logo, não há existência de turmas da EJA nas comunidades camponesas ofertadas pelo Estado e pelo Município.

Dessa forma, o deslocamento necessário para frequentar turmas da EJA em áreas urbanas, representa uma barreira concreta ao acesso, especialmente para aqueles com recursos limitados. Essa situação reflete desigualdades estruturais, refletindo como a oferta educacional permanece concentrada em centros urbanos e marginaliza a população rural, dificultando a efetivação de direitos básicos à escolarização. Arroyo (1999) ressalta que a escola Rural precisa dar conta de proporcionar uma educação básica para os sujeitos do campo. Sendo assim, a existência de uma escola no campo, não garante inclusão educacional, da mesma forma que a tentativa de inserir os sujeitos do campo num paradigma urbano favorece a desconstrução de suas identidades e consequentemente se torna um fator que leva a evasão escolar.

Figura 3: Instituição de Ensino Anália Pereira do Nascimento.

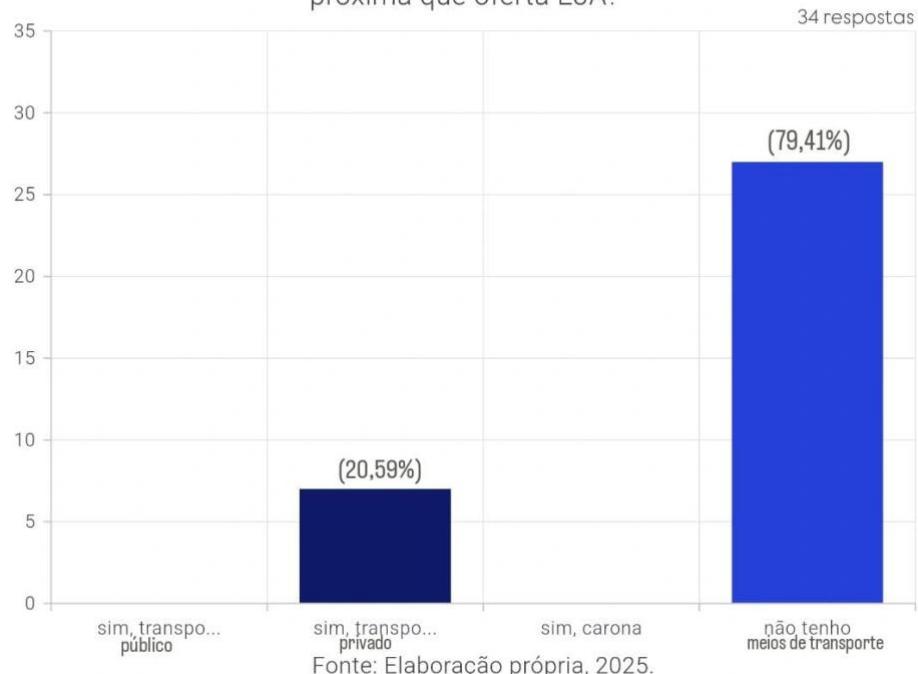


Fonte: Arquivo da pesquisadora, setembro de 2025.

Dessa maneira, para que os sujeitos do campo possam retornar sua trajetória educacional, torna-se imprescindível a disponibilização de um meio de transporte que os conduza de suas comunidades até as unidades de ensino que ofertem EJA mais próximas. Nesse contexto, 27 entrevistados relataram não possuir condições de frequentar as aulas, uma vez que o transporte escolar não atende nenhuma das comunidades investigadas. Em contrapartida, apenas 7 afirmaram dispor de transportes próprios para realizar o deslocamento.

Gráfico 6: Meios de transporte dos sujeitos.

Você teria algum meio de transporte para chegar até a escola mais próxima que oferta EJA?

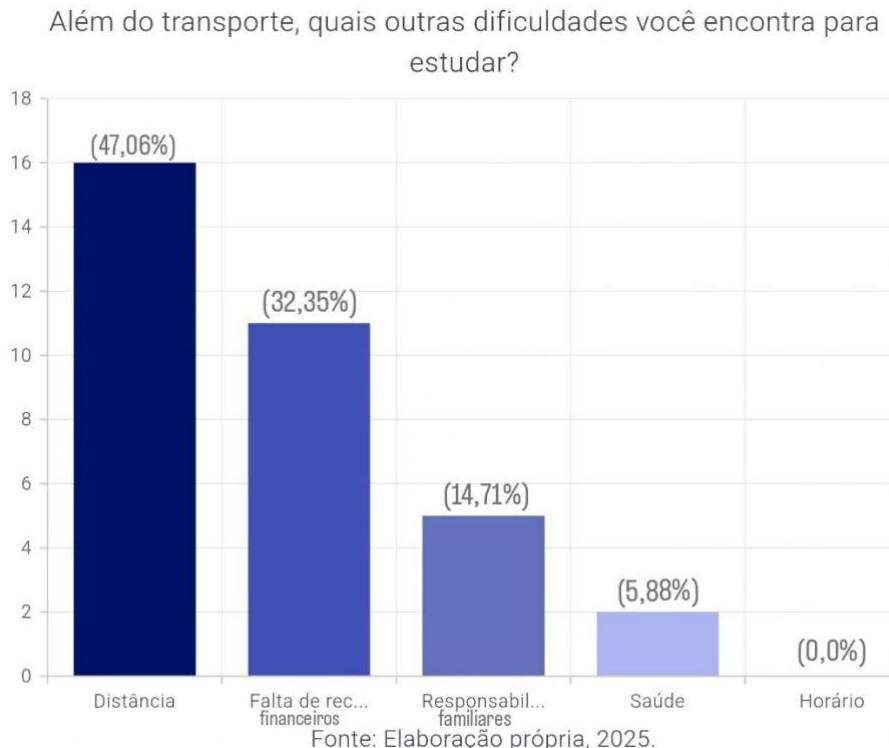


Ademais, os mesmos 27 entrevistados que afirmaram não ter como se deslocar até a escola que oferte EJA mais próxima, também afirmaram que a falta de transporte é o principal motivo para a população camponesa do município de Guarabira – PB, não retornar ao processo de escolarização. Arroyo (1999) aponta que as escolas do campo devem ser uma garantia de direitos, bem como a formação específica de educadores para essas instituições. Dessa forma, a ausência das mesmas e o

distanciamento de turmas da EJA evidencia um retrocesso no processo educacional do município, excluindo e colocando em posição de subalternidade os sujeitos do campo. Dentro desse contexto, Caldart (2009) aponta a urgência da existência de uma pasta acerca da Educação do Campo em cada uma das Secretárias de Estado, buscando garantir a visão de totalidade originária nas esferas dos direitos.

Além da falta de transporte, a distância até as unidades de ensino também se evidenciou como a principal dificuldade enfrentada pelos sujeitos para frequentarem a EJA, ficando em primeiro lugar, seguida pela falta de recursos financeiros em segundo lugar e em terceiro lugar a responsabilidades familiares.

Gráfico 7: Outras dificuldades pertinentes além do transporte para ter acesso a turmas de EJA



No decorrer da pesquisa, também foi questionado aos entrevistados se, caso houvesse a oferta da EJA na comunidade em que residem eles frequentariam as aulas, 33 dos 34 entrevistados responderam que sim, enquanto um sujeito não se aplicava ao caso, pois já havia concluído o Ensino Médio.

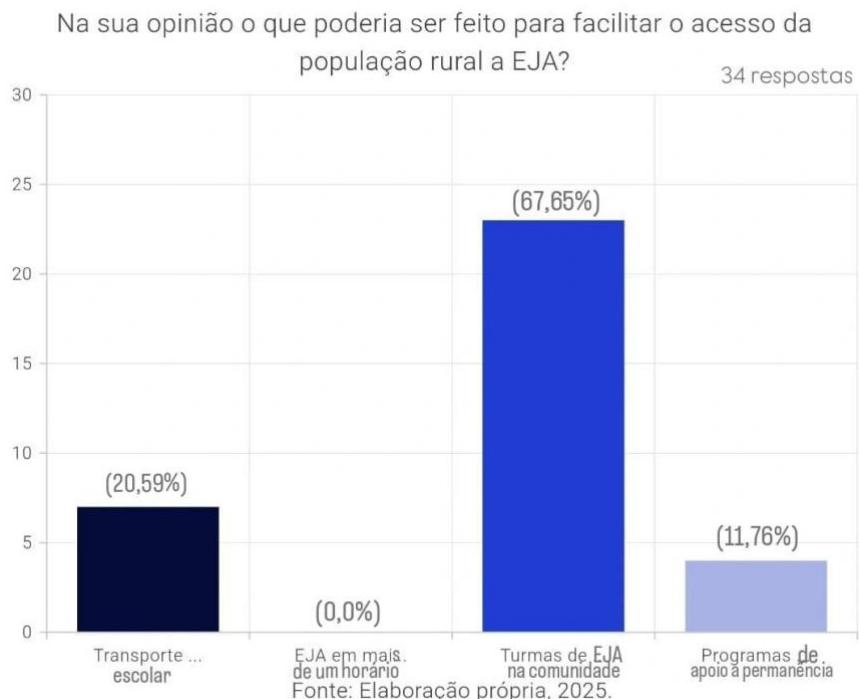
O fato de o único indivíduo que não respondeu positivamente não ter rejeitado a ideia, mas apenas já ter concluído o Ensino Médio por meio da EJA, sendo inclusive,

o único participante com experiência prévia nessa modalidade de ensino, reforça ainda mais o caráter positivo do resultado. Essa resposta não expressa desinteresse, mas revela que o entrevistado já havia satisfeito sua necessidade de escolarização, o que, por sua vez, não representa desinteresse, ficando evidenciado como todos os sujeitos da pesquisa possuem desejo pela escolarização. Arroyo (2017) aponta que os sujeitos da EJA disputam os direitos aos seus conhecimentos ausentes, buscando não apenas o acesso ao saber, mas a saberes que possibilitam a percepção de suas vidas enquanto histórias de luta e sobrevivência.

Por outro lado, foi questionado aos participantes se conheciam alguém de sua comunidade que estivesse matriculado na EJA em outra localidade. O resultado foi unânime: 100% afirmaram não conhecer nenhum caso.

Adicionalmente, foi questionado aos entrevistados o que poderia ser feito em suas opiniões para facilitar o acesso da população rural à EJA no município. A maioria respondeu que deveriam ser ofertadas turmas da EJA em suas comunidades.

Gráfico 8: Facilitando o acesso da população camponesa as turmas da EJA

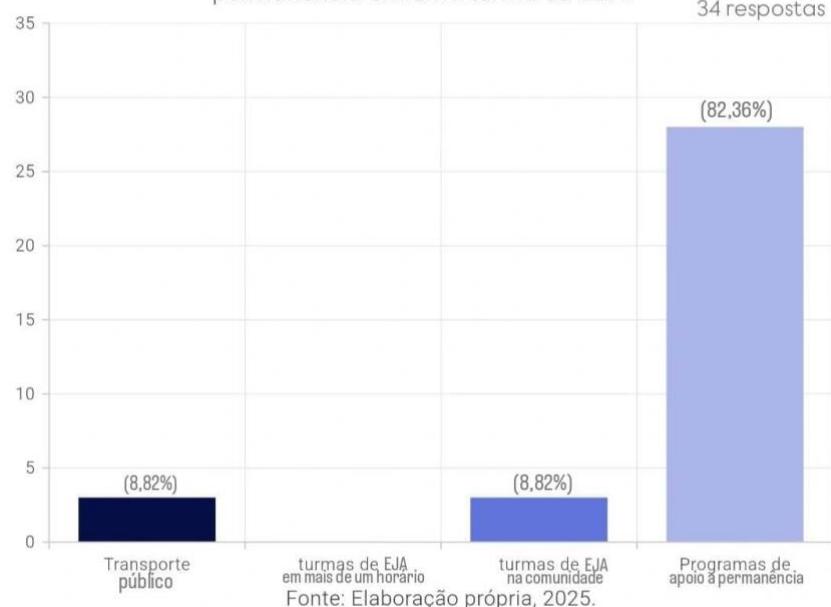


Santos (2017) afirma que a educação para os povos do campo é trabalhada a partir de perfis marcados, essencialmente, por conotações urbanas. Currículos geralmente deslocados das necessidades locais e regionais. Dessa forma, reafirma a urgência de turmas no campo para efetivar uma educação verdadeiramente do campo, garantindo a construção e reprodução da identidade camponesa.

Enquanto, no que se refere a garantir a permanência dos entrevistados nas turmas da EJA, as respostas concentram-se majoritariamente na implementação de programas de apoio à permanência dos estudantes. Programas esses que buscasse oferecer apoio financeiro com o Pé-de Meia, e adaptados ao currículo do campo como o Programa EJA Saberes da Terra, que visa oferecer apoio técnico para a elaboração de propostas pedagógicas adaptadas a realidade rural.

Gráfico 9: Contribuindo com a permanência dos entrevistados nas turmas da EJA

Na sua opinião o quê poderia ser feito para contribuir com a sua permanência em uma turma da EJA?



Cabe aqui reconhecer a importância de não apenas garantir o acesso dos sujeitos a turmas da EJA, mas também sua permanência. Dessa forma, é dever do estado e demais órgãos municipais e estaduais assegurar essa permanência por meio de políticas e programas de apoio que visem combater a evasão escolar e possibilitar uma educação de caráter emancipatório.

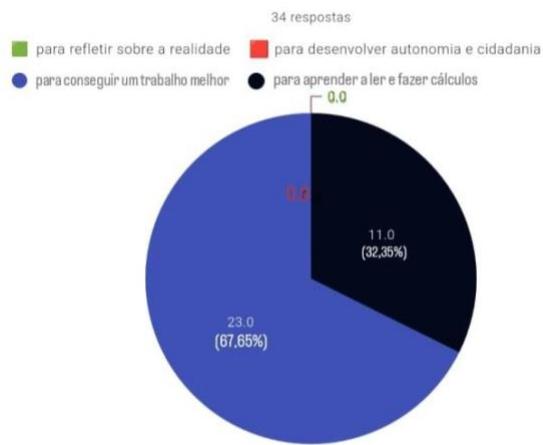
A educação do campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. Isso implicou um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas para o campo, necessárias para compensar a histórica discriminação e exclusão desta população do acesso a políticas de educação, como a tantas outras. (Caldart, 2009. p. 51.)

Deve-se aqui ressaltar como a análise da questão acima evidencia a reflexão dos próprios sujeitos, historicamente excluídos do processo educacional, acerca da garantia dos seus direitos no que se refere a permanência na escolarização.

Por fim, a última questão questionou aos sujeitos da pesquisa na visão deles qual a importância da EJA na vida das pessoas, as respostas variaram entre conseguir um emprego melhor e aprender a ler, escrever e fazer cálculos.

Gráfico 10: A importância da EJA para a vida das pessoas

Para você qual a importância da EJA na vida das pessoas?



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Esses resultados evidenciam que os indivíduos entrevistados apesar de terem o anseio de concluir o processo de escolarização, ainda não compreendem totalmente a importância da EJA em suas vidas, enquanto sujeitos do campo. Isso fica

evidenciado quando os indivíduos respondem que a importância da EJA limita-se a possibilidade de conseguir um emprego melhor, ou a mera leitura, escrita e a realização de cálculos.

Freire (1987) Discorre que a leitura de mundo, precede a leitura de palavra. Entretanto, os sujeitos dessa pesquisa foram marginalizados e excluídos enquanto viviam suas próprias histórias de vida, suas leituras de mundo se limitaram a suas realidades diárias, aprenderam a minimizar seus próprios sonhos com o passar do tempo, logo, possuem uma visão limitada de como a educação pode ajudá-los, desenvolvendo suas autonomias e suas percepções de mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o presente estudo teve como objetivo analisar a oferta da Educação de Jovens e Adultos no campo do município de Guarabira-PB, buscando compreender como os sujeitos camponeses têm acessado, ou deixado de acessar esse direito historicamente negado.

A partir dos resultados da pesquisa de campo, constatou-se que, embora a Constituição Federal de 1988 e a LDB/1996 assegurem a educação como direito universal, na prática este direito não tem se efetivado plenamente para a população do campo, revelando uma negligência pública, fortalecendo uma exclusão histórica. Logo, a estruturação dessas turmas não acontece no contexto do campo, indivíduos têm seus direitos a uma educação básica negada e marcada por desafios para garantirem o acesso.

Sendo assim, os dados evidenciaram que a ausência de turmas da EJA nas comunidades rurais, somada à falta de transporte escolar adequado, constitui o principal obstáculo para a continuidade da escolarização dos sujeitos entrevistados. Assim, a marginalização desses sujeitos, apontada também por Caldart (2009), confirma que a luta pela Educação do Campo ainda é um processo inacabado, que depende da articulação entre políticas públicas, movimentos sociais e a ação crítica dos educadores, tornando-se necessário que os povos do campo lutem por seus direitos, pela sua inclusão na sociedade e a desconstrução de sua marginalidade.

No âmbito social e político, os resultados desta pesquisa evidenciam que a exclusão educacional compromete não apenas o desenvolvimento individual dos sujeitos do campo, mas também o avanço coletivo de suas comunidades, perpetuando ciclos de desigualdade. Dessa forma, o município deixa explícito como a população do campo não faz parte das prioridades das gestões, sendo esquecida e muitas das vezes ignorada, tendo seus direitos negligenciados. Acerca ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para o fortalecimento das reflexões sobre a EJA em contextos rurais, ainda pouco explorados pela produção científica, trazendo subsídios para novas pesquisas e para a formulação de políticas públicas mais inclusivas, que busquem trazer equidade aos sujeitos do campo.

Diante desse cenário, torna-se imprescindível a ampliação da oferta de turmas de EJA nas comunidades rurais de Guarabira - PB, acompanhada da implementação de programas de apoio à permanência, da garantia de transporte escolar adequado e da valorização de práticas pedagógicas que respeitem a identidade camponesa. Sendo assim, também se faz necessária a formação específica de professores para atuarem nesse contexto, de modo a promover uma educação que dialogue com os saberes, a cultura e as necessidades locais, conforme defendem Santos (2010) e Freire (1987).

Por fim, conclui-se que garantir a EJA no campo não significa apenas abrir vagas escolares, mas sim reconhecer a dignidade, a identidade e os direitos de sujeitos historicamente invisibilizados. A educação, nesse contexto, deve ser compreendida como instrumento de emancipação, esperança e transformação social. A luta pela EJA no campo, portanto, é também a luta pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e equitativa.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, Maria L. I. **Os saberes nas práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos:** Um estudo para Além do Livro Didático. João Pessoa, PB: UFPB, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Passageiros da noite:** do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

ARROYO, Miguel G. **Políticas de formação de Educadores(as) do Campo,** Caderno CEDES, Campinas, v. 27, n. 72. 2007.

ARROYO, Miguel G.; FERNANDES, Bernardo M. **Por uma Educação Básica do Campo.** Brasília, DF: Vozes 1999.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Política de Educação do Campo:** concepções processos e desafios. In: NETO, Antonio Cabral et al. **Pontos e contrapontos da política educacional:** uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livros, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: resumo técnico.** Brasília, DF: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 27833–27835, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 jul. 2025.

CALDART, Roseli S. **Educação do Campo:** Notas para uma análise de percurso. Rio de Janeiro, RJ. 2009.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 4^a. Ed. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2009.

FELICIANO, Stefani M.; MELLO, Roseli Rodrigues de.; PEREIRA, Kelci Anne. **Educação do Campo e EJA do campo:** conquista dos movimentos sociais e desafios. São Paulo: UFSCar, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária:** o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido,** 17^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Gilmar V.; PIETRAFESA, José P. **Educação do Campo e Desigualdade Social:** um panorama preliminar de pesquisas recentes. Revista Campo-Território, Urbelândia, v.17, n. 46, p. 272-290, agosto, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6^a. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Sérgio C. **Escola Rural:** urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

RODRIGUES, Priscila Andrade Magalhães. **Por uma educação do campo que contemple as parcerias nos processos formativos e as formas identitárias dos povos do campo**. Ponta Grossa: Revista Olhar professor, 2012.

SANTOS, Jânio Ribeiro dos. **Da Educação Rural à Educação do Campo**: um enfoque sobre as classes multisseriadas. Laranjeiras, SE. 2010.

SANTOS, Ramofly B. **História da Educação do Campo no Brasil**: O protagonismo dos Movimentos Sociais. Rio de Janeiro: Teias, 2017.

SILVA, José Rogério da; SILVA, Josildo Silvestre da; SILVA, Nilvânia dos Santos. **Educação do Campo x Educação Rural**: Distanciamentos e Aproximações. Anais do IX Congresso Nacional de Educação (CONEDU): Realize, 2023.

7. APÊNDICES

7.1 TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu _____, em pleno exercícios dos meus direitos, me disponho a participar do **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** da discente **Joyce Alves de Souza**, aluna concluinte do curso de Pedagogia da **UFPB**, cujo tema é **“A Educação de Jovens e Adultos (EJA) nas zonas rurais do município de Guarabira”**, sob orientação da Profª Drª Quézia Villa Flor Furtado, tendo como objetivo analisar a oferta de turmas da Educação de Jovens e Adultos do Campo no município de Guarabira, a partir da perspectiva dos sujeitos do campo.

A sua participação nesta pesquisa é voluntária e consiste em responder a algumas perguntas sobre sua trajetória escolar e o acesso à EJA. Todas as informações fornecidas serão mantidas em **sigilo absoluto** e utilizadas **apenas para fins acadêmicos**, não havendo qualquer risco para você. Essa pesquisa não envolve nenhum tipo de custo financeiro, ou seja, você não precisará pagar nenhum valor.

Portanto fica claro que:

- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo;
- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando a privacidade dos participantes, em manter tais resultados em caráter confidencial;
- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável;
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimento, o participante poderá contatar a equipe científica no número **83 988389004** com Joyce Alves de Souza;

Ao responder este questionário, você estará **consentindo livremente** em participar do estudo. Desta forma, uma vez lido e entendido os devidos esclarecimentos e por estar de acordo, o candidato data e assina este documento de consentimento livre e esclarecido.

() Declaro que dou minha autorização para a coleta dos meus dados a partir das minhas respostas no questionário da pesquisa por livre e espontânea vontade.

Assinatura do participante:

Assinatura da pesquisadora:

Guarabira, _____ de _____ de 2025.

7.2 Perguntas

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Idade:

- () 15 - 17
- () 18 - 29
- () 30 - 59
- () 60+

2. Qual sua localidade: _____

3. Qual sua cor de pele?

- () Branca
- () Preta
- () Parda
- () Amarela
- () Indígena

4. Principal fonte de renda:

- () Agricultura/Fazenda
- () Trabalho informal
- () Trabalho assalariado
- () Programas sociais
- () Outro: _____

5. Com qual gênero você se identifica?

- () Mulher cisgênero
- () Homem cisgênero
- () Mulher transgênero
- () Homem transgênero
- () Não - binário

6. Você já frequentou a escola?

- () Sim
- () Não

7. Qual seu nível de escolaridade?

- () Educação Infantil completa
- () Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) completo
- () Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) completo
- () Ensino Médio completo
- () Nunca estudei

8. Por qual motivo você parou de estudar?

- () Falta de transporte
- () Necessidade de trabalhar
- () Distância da escola
- () Dificuldades financeiras
- () Falta de interesse na época
- () Não se aplica
- () Outro: _____

9. Se por algum motivo, você não conseguiu concluir seus estudos o que impede você de retornar?

- () Falta de transporte
- () Trabalho/falta de tempo
- () Distância
- () Responsabilidades familiares
- () Não se aplica
- () Outro: _____

10. Já estudou em alguma turma de EJA?

- () Sim
- () Não

11. Existe alguma escola na sua comunidade?

- () Sim
- () Não
- () Não sei informar

12. Existe alguma turma da Educação de Jovens e Adultos em sua comunidade?

- () Sim
- () Não
- () Não sei informar

13. Qual a distância aproximada da escola mais próxima que oferece EJA até sua localidade?

- () Até 2 km
- () De 2 a 5 km
- () De 5 a 10 km

- () Mais de 10 km

14. A turma de EJA mais próxima de você é ofertada por qual esfera?

- () Municipal
- () Estadual
- () Não sei informar

15. Você teria algum meio de transporte para chegar até a escola mais próxima que oferta EJA?

- () Sim, transporte público
- () Sim, transporte particular
- () Sim, carona
- () Não tenho meios de transporte

16. Caso exista transporte escolar, ele atende sua comunidade?

- () Sim
- () Não
- () Às vezes

17. Se não existe transporte, como você faria para chegar à escola?

- () A pé
- () Bicicleta
- () Não teria como ir
- () Automóvel próprio
- () Outro: _____

18. O horário das aulas da EJA (à noite) é compatível com sua rotina?

- () Sim
- () Não

19. Você acredita que a falta de transporte é o principal motivo de não frequentar a EJA?

- () Sim
- () Não
- () Não se aplica

20. Além do transporte, quais outras dificuldades você encontra para estudar?

- () Distância
- () Horário
- () Falta de recursos financeiros
- () Responsabilidades familiares
- () Saúde
- () Outro: _____

21. Caso houvesse uma escola com EJA em sua comunidade, você participaria?

- () Sim
- () Não
- () Não se aplica

22. Você conhece alguém da sua comunidade que estuda na EJA em outra localidade?

- () Sim
- () Não

23. Na sua opinião, por que muitas pessoas da zona rural não frequentam a EJA?

- () Distância
- () Horário
- () Falta de recursos financeiros
- () Cuidado com filhos
- () Saúde
- () Outro: _____

24. Qual dificuldade você enfrenta/enfrentaria para ter acesso às turmas de EJA?

- () Distância
- () Falta de recursos
- () Falta de tempo
- () Outro: _____

25. Na sua opinião o que poderia ser feito para facilitar o acesso da população rural à EJA?

- () Ser ofertado transporte escolar
- () Ofertar turmas de EJA em mais de um horário
- () Ofertar turmas de EJA em sua comunidade
- () Programas de apoio a permanência do estudante

26. Na sua opinião o que poderia ser feito para contribuir com a sua permanência em uma turma da EJA?

- () Ser ofertado transporte público
- () Ofertar turmas de EJA em mais de um horário
- () Ofertar turmas de EJA em sua comunidade
- () Implementação de programas de apoio a permanência do estudante

27. Para você, qual a importância da EJA na vida das pessoas?

- () É importante para que as pessoas consigam compreender a realidade em que estão inseridas,
- (.) É importante pois possibilita o desenvolvimento da autonomia e da cidadania dos sujeitos
- () É importante para que as pessoas aprendam a ler e fazer cálculos
- () É importante para conseguir um emprego melhor
- () Não acho importante